SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Boletim do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas Conlutas
Filiado à Conlutas

Quarta-feira, 14 de Julho de 2010 - Boletim 35 - 6.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Greve é suspensa

mobilizações pelo PCS serão retomadas em agosto

Reunião com presidente do TRT hoje vai tratar sobre o corte de ponto

fotos: Wladimir de Souza





Servidores na Barra Funda: atividades de greve começaram pela manhã e à tarde todos foram ao TRT

Em assembleia, ontem, no TRT-2, os servidores decidiram suspender a greve que completava 69 dias. Apesar de o presidente do tribunal não ter revogado o corte de ponto, ficou agendada uma reunião para hoje à tarde para tratar do assunto. As mobilizações serão retomadas em agosto, seguindo o calendário nacional. No dia 1º de agosto já está agendada uma reunião ampliada da Fenajufe (federação nacional). Antes dessa data, serão realizadas assembleias setoriais nos tribunais da capital, interior, ABC e Baixada.

A opção por encerrar a greve neste momento se deu, principalmente, por causa do recesso parlamentar e foi votada nacionalmente no dia 10. Em São Paulo, a categoria deliberou, em assembleia geral na segunda, que a greve continuaria pela revogação dos descontos dos dias e pela compensação por serviço.

Ontem os servidores fizeram uma vigília no saguão do TRT enquanto o comando de greve tentava falar com o presidente, desembargador Décio Daidone. Além dos funcionários do tribunal, servidores do TRF e da JF continuaram em greve e compareceram ao local em solidariedade.

Sem a revogação do corte de ponto, os servidores voltam ao trabalho hoje, mas em "operação padrão". "Enquanto houver essa pendência, nenhum servidor vai ter o compromisso de colocar o serviço em dia e nem cumprir tarefas além de sua função", disse Adilson Rodrigues, diretor de base do Sindicato e do comando de greve.

Os servidores também decidiram na assembleia que nenhum colega aceitará uma função comissionada que tenha sido retirada de um grevista. Eles aprovaram ainda que serão denunciadas ao Sindicato pressões de chefias sofridas por qualquer servidor em greve.





Um minuto de palmas

Apesar de não terminar com o PCS aprovado no Legislativo, a categoria considera que uma parte da batalha foi vencida. As negociações avançaram em Brasília, mas a luta vai continuar: "A luta não acabou, só terminou a greve de julho", afirmou Henrique Sales, do comando de greve.

Após a assembleia, todos aplaudiram o movimento. Palmas para os lutadores, os funcionários do Sindicato e todos aqueles que de alguma forma apoiaram a mobilização. "A categoria demonstrou sua força e sua coragem, não temos por que perder o PCS", disse Cláudio Klein, diretor de base do Sintrajud.

ORÇAMENTO

Judiciário tem como iniciar PCS-4 em 2010 com verba própria, diz estudo

Recursos previstos para "revisão de remunerações" poderiam cobrir parcela do PCS-4 já este ano

O Poder Judiciário tem como iniciar com recursos próprios a implantação do PCS-4 já em 2010. É o que mostra estudo do Departamento Econômico do Sintrajud, coordenado pelo economista Washington Lima.

As verbas para isso poderiam sair da rubrica "Criação e/ou Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações", que registrava um saldo de R$ 591,8 milhões em 26 de junho deste ano, quase 90% dos R$ 657,7 milhões aprovados para isso no orçamento.

Essa rubrica foi criada há poucos anos e sempre apresenta saldos. "Como pouquíssimos cargos são criados ou providos no ano, a maior parte desta dotação termina sobrando. No cálculo hipotético, que leva em conta o custo bruto previsto no projeto (PL 6613/2009), o PCS poderia ser aplicado em 2010 a partir de dezembro, incluindo o 13º salário, caso fosse parcelado em duas vezes.

Para incorporar a primeira parcela do PCS a partir dessa data seriam necessários R$ 489,1 milhões. Haveria ainda, portanto, uma sobra de R$ 102,7 milhões na dotação prevista para "Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações".

Ao apresentar o estudo, Washington explica que essa não é a melhor saída para aplicar a revisão do plano de cargos e salários. "As possibilidades no orçamento da União são infinitamente maiores do que as do Poder Judiciário, como mostram estudos anteriores", ressalta. "Nos últimos três PCS's as dotações saíram do orçamento da União, sem que houvesse antes qualquer dotação específica para os respectivos planos", lembra.

A hipótese da utilização de recursos próprios é levantada "somente para ilustrar que ao contrário do que o governo e a cúpula do Judiciário apregoam sobre a falta de orçamento, existem sim recursos para o pagamento do PCS-4, inclusive nas próprias dotações do Poder Judiciário".

Sintrajud solicita revogação do corte de ponto no JEF/Americana

O Sintrajud e representantes do comando de greve reuniram-se ontem com o juiz substituto do TRF-3, Gilberto Jordan, para reivindicar a revogação da portaria 1605 que determina o corte do ponto dos servidores em greve no JEF de Americana. A comissão foi formada pelos diretores do Sintrajud Eliseu Trindade e Cleber Aguiar, o diretor de base Dalmo Duarte e o servidor Waldo Mermelstein.

O juiz disse que a portaria foi publicada em decorrência da pressão de muitos advogados que se sentiram prejudicados com a greve no JEF. Porém, informou que ela poderá ser revogada, mas que precisa de uma fundamentação do pedido por escrito.

O Sindicato irá protocolar recurso administrativo o mais rápido possível para que nenhum servidor seja prejudicado. "Vamos acompanhar o desenrolar do processo para que nenhum servidor seja punido por estar exercendo um direito constitucional, que é a greve", ressaltou Eliseu.



Wladimir de Souza

Comissão é recebida pelo juíz substituto do TRF-3

Fala servidor: A luta continua

A greve foi suspensa, mas a luta pelo PCS, contra o PLP 549, que prevê o congelamento dos salários, pelo direito de greve e por muitos outros direitos vai continuar. Veja o que disseram alguns servidores sobre o movimento da categoria.



"É um momento para carregar as baterias, já que o Congresso entra em recesso, o governo está intransigente e muitos servidores estão em férias. Essa pausa é necessária para podermos voltar com tudo, com mais força, porque o governo não está acreditando na nossa greve. Como conseguimos parar dois dias no TRE, o governo ficou preocupado. Teremos que parar duas semanas no país inteiro."
Edmilson Gomes, do TRF



"A categoria tem que estar unida em todo tipo de problema. Não se consegue nada sozinho. Os colegas têm que estar atentos para se reunir e lutar sempre que qualquer colega sofrer alguma repressão e, principalmente, se realmente quiserem o PCS."
Marcelo Durães, o "Che", do TRE



"Foi a primeira vez, desde 1996, que encerramos uma greve sem o PCS garantido. Não vamos poder ficar esperando o próximo aumento. A hora é agora, ou vamos amargar o congelamento dos nossos salários, porque os governos estão vindo cada vez piores."
Fernanda Marques, do TRF